

Os inventários de bens e as suas potencialidades – um estudo exploratório

Asset Inventories and Their Potential – An Exploratory Study

Tiago Manuel Moura Gonçalves

Resumo: Elegemos como objeto de estudo e fonte para o presente trabalho os inventários de bens. É da finalidade deste trabalho obter-se uma compreensão mais profunda e esclarecida dos seguintes conceitos ou palavras-chave: inventários orfanológicos, inventários *pos mortem*, juiz dos órfãos e bens vinculados. Sendo assim, o trabalho apresentado encontra-se estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, uma exploração crítica da fonte, da sua estrutura, desafios e potencialidades; em segundo e último lugar, uma súpula dos trabalhos realizados sobre a fonte, destacando as principais referências bibliográficas no âmbito da historiografia nacional e europeia.

Palavras-chave: inventários de bens; patrimônio doméstico; órfãos; historiografia.

Abstract: We have chosen inventories of property as the object of study and source for this work. The aim of this study is to gain a deeper and clearer understanding of the following concepts or key terms: orphans' inventories (inventários orfanológicos), post-mortem inventories, the judge of orphans and tied assets (bens vinculados). Accordingly, this work is structured as follows: first, a critical exploration of the source, its structure, challenges, and potential; second and finally, a summary of the studies carried out on the source, highlighting the main bibliographical references within national and European historiography.

Keywords: orphans' inventories; household net worth; orphans; historiography.

O inventário de bens

Sendo os inventários de bens a fonte eleita para este estudo particular, avançaremos com algumas notas sobre os mesmos, designadamente, as características, a natureza e condições de produção, bem como as suas potencialidades e fragilidades. Antes de mais, convém salientar, em relação a uma delimitação cronológica deste

trabalho, que o mesmo, pela sua natureza, estende-se a uma cronologia vasta, em especial a Época Moderna e o século XIX.

Em primeiro lugar, importa referir que é comum a utilização de duas designações ou tipologias referentes a este tipo de fonte: de um lado, os inventários orfanológicos, que são maioritários, tratam-se de inventários que eram realizados na sequência do falecimento de um dos elementos de casal quando estes tinham filhos menores e, por isso, com idade inferior a vinte e cinco anos; do outro lado, os inventários *post mortem* ou inventários de bens decorriam de outras circunstâncias familiares, nomeadamente, situações de demência entre os herdeiros ou segundas núpcias (DURÃES, 2017, p. 73-74). Na verdade, os inventários orfanológicos são inventários de bens ou inventários *post mortem*, o mesmo não se aplica ao contrário. Todavia, por uma questão de designação, passa-se a considerar para o presente trabalho, como feito em outros trabalhos sobre esta fonte, os inventários *post mortem* como todos os inventários que não são orfanológicos.

De fato, várias situações familiares implicavam a realização de um inventário, sendo que muitas vezes se revestia de um carácter obrigatório. Entende-se, desde logo, que requerer a realização de um inventário era obrigatório para os casos em que, com a morte de um dos cônjuges, pelo menos um dos filhos herdeiros era menor (MADUREIRA, 1989, p. 11).¹ Todo o processo decorria sob a supervisão do juiz dos órfãos, cabendo ao tutor que fosse escolhido para o órfão administrar a parte da herança do menor até que este tivesse 25 anos, casasse ou recebesse uma carta régia de emancipação (DURÃES, 2017, p. 74).

Associado a esta condição de obrigatoriedade, estavam igualmente situações em que um pai ou mãe vivos contraísse segundas núpcias, mesmo que fossem viúvos. O segundo casamento, nesses casos, criava junto da comunidade “suspeições de extravio e delapidação dos bens por intrusos”, daí que teoricamente o indivíduo ficava imediatamente destituído de metade da sua riqueza, repartida equitativamente pelos seus descendentes (MADUREIRA, 1989, p. 15-16). A legislação pombalina atuou nesse domínio, definindo efetivamente essa condição: “Todo o pai de famílias que casar segunda vez tendo filhos do primeiro matrimónio, seja obrigado a fazer Inventário dos bens móveis,

¹ Era frequente que os familiares do defunto, solidários com o(s) menor(es), denunciassem às autoridades quando não eram requeridos inventários de forma a proteger os interesses do(s) menor(es), evitando também que não caíssem os bens do defunto em mãos erradas ou fossem simplesmente desbaratados, antes mesmo de serem inventariados.

semoventes e de raiz, e ações, que tiver ao tempo do dito segundo Matrimónio [...]” (MADUREIRA, 1989, p. 16)

Ainda assim, nem sempre se era exigida a realização de um inventário, principalmente, nos casos em que todos os filhos herdeiros eram maiores de idade, podendo continuar a “comunidade de bens no interior do agregado doméstico” inalterável mediante acordo entre os descendentes. Acontecia, muitas vezes, que quando a herança era de pouco valor, havia a possibilidade de se alegar escassez de recursos para solicitação de um *auto de pobreza* que isentasse o suplicante da realização do inventário. É, contudo, muito difícil aferir a condição de pobreza dos suplicantes, variando em função das localidades e das atividades profissionais que exercem (MADUREIRA, 1989, 18-19)

Quanto à estrutura da fonte, a mesma contemplava todos os bens móveis e imóveis ou de raiz, pertences das lojas (“tendas”) da profissão exercida, bens preciosos e as dívidas ativas e passivas. Geralmente, o louvado, que avalia e regista o valor de todos os bens no inventário, regista em primeiro lugar as peças de ouro e de prata, somente depois os bens móveis, a roupa de casal (ou do defunto), pertences de trabalho, animais e, por fim, os bens de raiz e as dívidas (MADUREIRA, 1989, p. 11; DURÃES, 2017, p. 74). Este modelo encaixa, na perfeição, no inventário que foi estudado para o presente trabalho, como se verá adiante. Este modelo avançado por Nuno Luís Madureira não é, em todo o caso, a regra para todos os inventários. No estudo de Maria Manuela Rocha, a autora constata, por exemplo, que nos inventários que trabalhou surgem-lhe primeiro os bens de raiz, e somente depois os restantes itens. Significa pois que não existe uma ordem definida de registo, ainda que uma seja predominante (ROCHA, 1994, p. 124).

É possível, pois, com este quadro geral trazer à colação as potencialidades da fonte. Como nos diz Andreia Durães, uma das grandes potencialidades dos inventários é o registo do valor monetário de todos os bens, o que nos permite enquanto historiadores formar uma “imagem bastante completa e rigorosa do património de uma família no momento da morte do inventariado/a” (DURÃES, 2017, p. 74). Desse modo, a sua utilização é fundamental para o estudo da distribuição e composição da riqueza patrimonial, para o estudo da cultura material e do consumo dos agregados e também para o estudo das estruturas e mutações agrárias (ROCHA, 1994, p. 121).² A título de

² Para Maria Manuela Rocha, e na senda dos trabalhos de Van der Woude e Schuurman, os inventários têm um papel fundamental, *quasi* obrigatório para o estudo dos patrimónios familiares e de grupos sociais e, portanto, da distinção social. Permitem também a avaliação da capacidade de consumo dos inventariados,

exemplo, estudar a capacidade de consumo dos agregados familiares pode não revelar somente as flutuações económicas de um dado período, mas também a evolução das mentalidades, o que torna ainda mais ricas e diversas as abordagens possíveis (ROCHE, 1998, p. 19).³

Apesar de todas estas potencialidades, pode-se apontar algumas debilidades, fragilidades ou problemas no uso dos inventários como fonte. Em primeiro lugar, dizer que, não raras vezes, o louvado não regista no inventário todos os bens do agregado, e somente aqueles que serão partilhados por entre os descendentes. Há um conjunto de bens, os *bens vinculados*, cuja transmissão é “independente das partilhas ou da vontade do testador”, que passam diretamente para o filho primogénito ou, faltando este, para o neto, o filho do primogénito ou um sobrinho (MADUREIRA, 1989, p. 13).⁴

Em segundo lugar, estão também à margem do inventário os contratos de arrendamento da terra, os ditos emprazamentos ou prazos em vidas, uma vez que são estabelecidos em nome de um dos filhos para se impedir a divisão ou fragmentação futura da propriedade arrendada.⁵ Em terceiro lugar, referimo-nos ao problema do ocultamento fraudulento de património para fuga aos impostos, bem como a “sonegação e subestimação” do valor dos bens em causa com objetivos idênticos (DURÃES, 2017, p. 76).⁶ Em quarto lugar, a negligência dada a objetos de baixo valor. Os livros parecem ser

traçar padrões de consumo e estilos de vida, geralmente circunscritos a ambientes urbanos, e estudar as atividades económicas que constituem os rendimentos do agregado familiar. São possíveis abordagens quantitativas. Quanto ao estudo das estruturas e mutações agrárias, os inventários sempre tiveram um papel acessório e complementar, uma vez que existem outras fontes igual ou superiormente ricas para esse estudo, desde logo, as escrituras de aforamentos ou emprazamentos.

³ Segundo o autor, a “economia não esgota totalmente a relação do homem com as coisas e os objetos”. Refira-se a pretexto a obra de Jan de Vries, *The Industrious Revolution Consumer Behaviour and the Household Economy, 1650 to present* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), em que o autor defende que o aumento de consumo dos europeus a partir de 1400 está associado a uma nova mentalidade de consumo que se vai generalizando às camadas intermédias urbanas, e que se traduz numa alocação do tempo disponível mais direcionada para o trabalho, não se devendo esse aumento necessariamente a uma melhoria sustentada das condições económicas e sociais.

⁴ Os bens repartíveis em herança, ao contrário dos *bens vinculados*, são conhecidos vulgarmente pela designação de *bens livres*.

⁵ Era recomendado que a louvação de bens abrangesse os contratos de arrendamento, no entanto, a referência a prazos em vidas nos inventários é diminuta, ainda que existente em certos casos.

⁶ A autora fez um estudo que corrobora uma “tendência para a subavaliação dos bens”. Sucede que, quando os bens eram alvo de leilão, após serem inventariados, os objetos eram licitados a um preço quase sempre superior.

disso exemplo, já que são referidos poucas vezes nos inventários. Somente quando são constituídas bibliotecas, ou então se trata de um inventário de um livreiro, os mesmos surgem nos inventários. O mesmo acontece com louça vulgar de uso quotidiano ou a roupa existente em casa (DURÃES, 2017, p. 78-79).⁷

Por fim, elenca-se mais uma debilidade desta fonte, que recorrentemente os estudiosos da fonte apontam, e que restringe fortemente o nosso campo de atuação e de estudo das camadas sociais. Constata-se a existência de uma “nítida sobre-representação de certas camadas mais elevadas” em detrimento de outras camadas inferiores. Na verdade, não podemos considerar, grosso modo, que se trate de uma debilidade, antes uma característica própria da fonte que convém problematizar. O que é certo é que não nos permite abarcar com o seu estudo as camadas sociais mais desfavorecidas. Esta situação deve-se em parte ao problema da escassez de recursos que fez com que fossem lavrados muitos *autos de pobreza*, já anteriormente referidos. Dessa forma, percebe-se a dificuldade em traçar uma configuração geral de diversidade e hierarquia no mundo do trabalho e nas relações sociais mesmo nas grandes cidades que tem sido alvo de estudo.

Estado da arte

A ascensão da “história quantitativa, da nova história económica, da antropologia, e principalmente, a utilização de meios informáticos” na década de 70 trouxe consigo, no entender de Nuno Luís Madeira, um maior destaque dado aos inventários de bens como fonte histórica, uma vez que os historiadores passam a tratar com outro cuidado os dados quantitativos e a riqueza destas fontes. Isso não quer dizer todavia que já não existisse uma “tradição de publicação e divulgação destas fontes” (MADUREIRA, 1989, 9). É importante salientar que nem sempre os valores monetários estão presentes nos inventários, como acontecem com os portugueses. Como nos adverte a historiadora francesa Micheline Baulant, os valores monetários não figuram nos inventários holandeses, ingleses, franceses e americanos (BAULANT, 1980, p. 39; DURÃES, 2017, p. 74).

⁷ Ao contrário da roupa de vestir, a roupa de cama e de mesa são abundantemente referidas. Quanto à louça, a que é de uso comum (geralmente, de cerâmica) não é inventariada, mas a louça de metal já o é. Esta não é em todo o caso uma regra estrita. Existem alguns inventários, em pequeno número e escala, que apresentam certos objetos que convencionalmente não são “dignos” de serem avaliados, dado o seu baixo valor.

Ainda assim, a historiografia europeia não deixou de os olhar como importantes fontes para o estudo da história económica, apesar da componente quantitativa não poder estar presente. No caso da historiografia inglesa, já existem estudos nacionais de alguma envergadura, em especial o de Lorna Weatherill.⁸ Para os inventários franceses e holandeses, destacam-se os trabalhos de J. Cornette, Micheline Baulant, Ad Van Der Woude e Anton Schuurman, entre muitos outros. Saliente-se por sua vez que, no caso francês, existe uma maior dificuldade em estabelecer estudos nacionais, ao contrário do que acontece no caso holandês dada a dimensão do território.⁹

No quadro da historiografia nacional, proliferam estudos de natureza local direcionados para o período dos séculos XVIII e XIX, período onde estão disponíveis um maior número de inventários. Para o período dos séculos XV a XVII, nada ou quase nada se encontra escrito. Exceção parece ser o trabalho relativamente recente de Isabel Drummond Braga que estudou os inventários nos processos do Santo Ofício, em especial os dos cristãos-novos no século XVII, como forma de estudar o entesouramento e o luxo no período moderno. É na sequência dos seus estudos, não unicamente, que surge uma inclinação recente da nossa historiografia para um novo campo de estudo: a história da alimentação (BRAGA, 2010, p. 289-322).¹⁰

Para os séculos XVIII e XIX, o enfoque dos trabalhos estiveram na composição e níveis de riqueza, partindo-se essencialmente dos inventários orfanológicos. Ainda na década de 80, o trabalho mais significativo foi o de Nuno Luís Madureira que estudou os inventários orfanológicos em Lisboa no final do Antigo Regime na sua dissertação de mestrado.¹¹ Na década de 90, surgem os estudos de Maria Manuela Rocha a estudar a localidade de Monsaraz, e os de Jorge Pedreira que procuraram estudar os homens de negócios em Lisboa a partir dos inventários que estes deixaram à data de falecimento

⁸ Referimo-nos a WEATHERILL, 1988. Da mesma autora, há também um capítulo de um livro relevante: WEATHERILL, 1993, p. 206-227. Mais recentemente, surgiu um novo estudo de outra autora: LEVY PECK, 2005. Uma das obras que incorpora parte substancial destes contributos é BREWER e PORTER, 1993.

⁹ Proliferam estudos localizados/ locais na historiografia francesa, destacando-se os seguintes em relação às localidades de Paris e Meaux: CORNETTE, 1989; BAULANT, 1980. No caso holandês, parece-me importante este estudo de história económica e de carácter nacional que faz um cruzamento de fontes: DE VRIES e WOUDE, 1997.

¹⁰ Isabel Drummond Braga fez um cruzamento entre fontes inquisitoriais e inventários, tendo coordenado recentemente a edição da *História da Alimentação Portuguesa* (2023).

¹¹ Também publicou uma obra em 1990 que vai ao encontro da sua dissertação de mestrado de 1989, e que se trata de uma edição ilustrada: *Lisboa, Luxo e Distinção, 1750-1830* (1990).

(ROCHA, 1996; PEDREIRA, 1995). Ainda na mesma década, Maria de Fátima Brandão estudou as estruturas e mutações agrárias no Norte de Portugal entre 1800 e 1900, deslocando-se assim o epicentro ou o uso do inventário para outras análises, não diretamente relacionadas com riqueza e consumo das camadas urbanas ou elites locais (BRANDÃO, 1991, p. 613-628).

Por conseguinte, com a viragem do milénio, os inventários continuaram a ser largamente estudados e trabalhados. Destacam-se inevitavelmente os trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro, figura que ficou particularmente conhecida pelo estudo da aristocracia portuguesa e das elites locais nos finais do Antigo Regime e no Liberalismo, tendo orientado muitos investigadores de referência que tiveram como fonte preferencial o inventário. À semelhança de Nuno Luís Madureira, o grande espaço em estudo é a cidade de Lisboa, cidade que se sobressai no tocante a uma complexidade e diversidade sem precedentes nas relações sociais e hierárquicas do Portugal moderno (MONTEIRO, 1997, p. 335-368). Resulta, a título de exemplo, da coorientação do mesmo autor a tese de doutoramento de Andreia Durães da Universidade do Minho em 2017 a estudar as camadas intermédias urbanas na cidade de Lisboa no período dos séculos XVIII e XIX.¹² Também é importante o trabalho de Olanda Vilaça, embora também circunscrito a um espaço territorial muito definido, dos inventários orfanológicos de Guimarães e Barcelos (VILAÇA, 2010, p. 237-250).

Não esquecer também a edição relativamente recente da *História da Vida Privada em Portugal* que, para o período moderno, é coordenada por Nuno Gonçalo Monteiro. Esta coleção de cinco volumes dirigida por José Mattoso, e em que cada volume é coordenado por outras figuras importantes da historiografia nacional, completa uma lacuna existente quanto aos processos de privatização da sociedade portuguesa ou a manifestações não públicas da vida do Portugal moderno. Embora a coleção em questão não tenha uma ligação direta ao estudo dos inventários, a mesma está enquadrada numa tendência importante da historiografia nacional para uma viragem para a história social e económica, e não tanto política, no seguimento da orientação historiográfica da escola de Annales.¹³

¹² Refiro-me mais uma vez a DURÃES, 2017. Escreveu também um artigo (mais sucinto) acerca do tema da sua tese de doutoramento: DURÃES, 2012, p. 170-175.

¹³ Relembre-se que a coleção *História da Vida Privada*, dirigida por historiadores franceses e aplicada ao conjunto da realidade europeia, remonta ao ano de 1985, ao passo que a edição portuguesa da *História da*

Dizer, em súmula, que não foi a intenção deste estado de arte destacar os estudos de certos autores, preterindo outros, mas sim apresentar um quadro geral da bibliografia no plano historiográfico nacional e internacional que tem por base o uso do inventário enquanto fonte. Conclui-se que, em relação aos inventários portugueses, muito tem sido escrito a partir da década de 80, proliferando estudos localizados para espaços geográficos demarcados, em especial, a cidade de Lisboa. Desse modo, são inexistentes estudos de carácter nacional e estudos comparativos que seriam úteis para uma compreensão e um uso da fonte para outras abordagens e obtenção de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BREWER, John; PORTER, Roy. *Consumption and the World of Goods*. Londres: Routledge, 1993.

BAULANT, Micheline. Typologie des inventaires après décès. In: WOUDE, Van der; SCHUURMAN, Anton (ed.), *Probate Inventories*. Wageningen: A.A.G. Bijdragen, 1980.

BAULANT, Micheline. Enquête sur les inventaires après décès autour de Meaux aux XVIIe et XVIIIe siècles. In: WOUDE, Van der; SCHUURMAN, Anton (ed.), *Probate Inventories*. Wageningen: A.A.G. Bijdragen, 1980.

BRAGA, Isabel Drummond. Inquisição e cultura material : os inventários de bens como fontes para o estudo do quotidiano, *Lusíada-História*, s. 2, n.º7, 2010, p. 289-322.

BRANDÃO, Maria de Fátima. O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal, 1800-1900, *Análise Social*, vol. XXVI, n.112-113, 1991, p. 613-628.

CORNETTE, J. Le Paris des inventaires après décès, XVIIe-XVIII siècles, *Revue D ´Histoire Moderne e Contemporaine*, nº36, 1989.

DURÃES, Andreia. Casas de cidade: processo de privatização e consumos de luxo entre as camadas "médias" urbanas (Lisboa na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX). Tese de Doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2017.

DURÃES, Andreia. The empire within: Consumption in Lisbon in eighteenth century and first half of the nineteenth century, *Histoire & Mesure*, vol. XXVII, 2012, p. 170-175.

MADUREIRA, Nuno Luís. Inventários: Aspetos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989.

MADUREIRA, Nuno Luís. Lisboa: Luxo e Distinção, 1750-1830. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990.

MCCANTS, Anne E. C. Exotic Goods, Popular Consumption, and the Standard of Living: Thinking about Globalization in the Early Modern World. *Journal of World History*, vol. 18, nº 4, 2007, p. 433-462.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime, *Análise Social*, vol. XXXII, n.141, 1997, p. 335-368.

OGILVIE, Sheilagh. The European economy in the eighteenth century. In BLANNING, T. C. W. (ed.), *El siglo XVIII. Europa 1688-1815*. Barcelona: Crítica, 2002, p. 91-130.

PECK, Linda Levy. *Consuming Splendor. Society and Culture in Seventeenth Century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PEDREIRA, Jorge. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822). Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

ROCHA, Maria Manuela. Propriedade e Níveis de Riqueza: Formas de Estruturação Social em Monsaraz na Primeira Metade do Século XIX. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

ROCHE, Daniel. História das Coisas Banais: Nascimento do Consumo nas Sociedades Tradicionais (Séculos XVII-XIX). Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

VILAÇA, Olanda. Podemos conhecer os patrimónios móveis através dos inventários orfanológicos? Os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII-XIX). In: SÁ, Isabel dos Guimarães; FERNÁNDEZ, Máximo Garcia (dir.), *Portas Adentro: comer, vestir a habitar na Península Ibérica* (ss. XVI-XIX). Coimbra; Valladolid: Universidade de Coimbra; Universidade de Valladolid, 2010, p. 237-250.

VRIES, Jan. The Industrious Revolution Consumer Behaviour and the Household Economy, 1650 to present. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VRIES, Jan de, e WOUDE, Ad van der. The first modern economy. Success, failure, and perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WEATHERILL Lorna. Consumer Behaviour and Material Culture in Britain. 1660-1760. Londres: Routledge, 1988.

WEATHERILL, Lorna. The meaning of consumer Behaviour in late Seventeenth and early eighteenth-century England. In: BREWER, John; PORTER, Roy (ed.), *Consumption and the World of Goods*. Londres: Routledge, 1993, p. 206-227.

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 05/02/2025